

ILUSTRÍSSIMA SENHORA THATIA CORRÊA SCHMILDT, VICE-PRESIDENTE, E DOUTOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ – RJ

Concorrência Pública nº 01/2024

Processo Administrativo nº 15491/2023

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 26.921.551/0001-81, com sede à Av. Olinda, nº 960, Quadra H-4, Lote 01/03, 23º andar, Salas nº 2303/2307, Park Lozandes – Goiânia/GO, CEP nº 74.884-120; endereço eletrônico: licitacao@quebecambiental.com.br, telefones nº (62) 3246-0099 / (62) 3246-0211, vem, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da equivocada habilitação da empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE E COMÉRCIO LTDA**, doravante denominada Recorrida, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a demonstrar, fundamentar e comprovar para ao final requerer:

I – TEMPESTIVIDADE

1. A Lei 8.666/93, art. 109, I, alínea “a”, prevê legalmente o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de Recurso Administrativo a contar do conhecimento da decisão, consoante os respectivos dizeres:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de
a) habilitação ou inabilitação do licitante;” (grifou-se)

2. A contagem do prazo considera somente os dias úteis, além da exclusão da data de início e inclusão da data final, de acordo com o disposto nos arts. 219 e 224 do Novo Código de Processo Civil e art. 110 da Lei 8.666/93.

QUEBEC AMBIENTAL S/A – Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

3. A decisão que enseja as presentes razões recursais teve publicidade em 09/10/2024. Portanto, a apresentação deste Recurso Administrativo revela-se **TEMPESTIVA**, dado que o prazo final para apresentação supostamente seria no dia **16/10/2024**.

II – CONTEXTUALIZAÇÃO

4. O Município de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro, através da Comissão Permanente de Licitação, tornou pública a licitação na modalidade Concorrência Pública nº 01/2024, do tipo Menor Preço Global, sob Processo Administrativo nº 15491/2023, através da publicação do edital.

5. O objeto deste certame corresponde a remediação ambiental de área degradada, onde operou o antigo vazadouro de lixo à céu aberto de Itapeba.

6. O certame contou com a participação de 4 (quatro) empresas, quais sejam:

- (i) **Quebec Construções e Tecnologia Ambiental S/A,**
- (ii) **União Norte Fluminense e Comércio Ltda,**
- (iii) **Construtora Zadar Ltda,**
- (iv) **Áries Empreendimentos E Serviços Ltda.**

7. A sessão pública para a apresentação dos envelopes ocorreu em 07/10/2024, às 14h.

8. Posteriormente, em 09/10/2024, após a abertura do envelope 01, correspondente à documentação de habilitação das licitantes, esta dought administração procedeu à análise completa dos documentos apresentados.

9. Ao final da análise, concluiu-se pela correta **inabilitação** das empresas **Construtora Zadar e Áries Empreendimentos** e pela **habilitação** das empresas **Quebec Construções e Tecnologia Ambiental S/A e União Norte Fluminense e Comércio Ltda**, nos termos do quadro abaixo:

LICITANTE	SITUAÇÃO DE HABILITAÇÃO	MOTIVAÇÃO PARA INABILITAÇÃO
Quebec	HABILITADA	Documentação Regular. Sem motivação para inabilitação.
União Norte Fluminense	HABILITADA	Em que pese não tenha sido inabilitada de pronto pela Administração, a sua análise documental revela possível ausência de qualificação técnica operacional e profissional.
Construtora Zadar	INABILITADA	> A empresa não comprovou adequadamente sua experiência na execução do objeto licitado por meio de atestados técnicos, nem demonstrou possuir em seu quadro permanente um profissional devidamente registrado pela entidade competente.
Aries Empreendimentos	INABILITADA	> Apresentou CND Municipal vencida. > Seu faturamento excede o limite previsto na Lei 123/2006. > Não apresentou garantia de Proposta. > Não comprovou experiência na execução do objeto licitado, por meio de atestados técnicos, e não demonstrou possuir em seu quadro permanente um profissional devidamente registrado na entidade competente, com os atestados exigidos

10. Diante desse contexto, após a inabilitação das empresas **Construtora Zadar** e **Aries Empreendimentos** em decorrência das inconsistências em suas documentações, permaneceram habilitadas apenas as empresas **Quebec** e **União Forte Fluminense**.

11. Ocorre, quando da análise dos documentos de habilitação apresentados pela empresa **União Forte Fluminense**, que equivocadamente ainda mantém-se habilitada no certame, o que verifica-se e que tal documentação contém **graves irregularidades** e, supostamente, **não comprovam de maneira suficiente a capacidade técnica da empresa para executar o objeto licitado com a qualidade exigida**.

12. Tais inconsistências suscitam dúvidas quanto à real aptidão da Recorrida para cumprir as obrigações contratuais, o que compromete a lisura e a segurança do processo licitatório.

13. Diante desse cenário, é essencial que esta douta Administração examine cuidadosamente as razões expostas neste recurso. Caso sejam acolhidas as alegações apresentadas, é imprescindível que

se determine a imediata inabilitação da empresa **UNIÃO FORTE FLUMINENSE**, considerando as irregularidades identificadas, as quais serão detalhadamente demonstradas a seguir:

III – RAZÕES DE FATO E DE DIREITO QUE AMPARAM A NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA LICITANTE UNIÃO NORTE FLUMINENSE

14. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, o instrumento convocatório, em seu item 11.4.3, exige a apresentação de um ou mais atestados que comprovem a experiência da empresa na execução de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos serviços similares e equivalentes ao objeto da presente licitação, nos termos:

11.4.3 - Para a qualificação técnico-operacional deverá ser apresentado um ou mais atestados expedido por pessoa jurídica de Direito público ou Privado, os quais comprovem que a empresa possui experiência na execução de no mínimo 40% (quarenta por cento) dos serviços similares e equivalentes aos serviços de recuperação de vazadouro ou lixão ou ainda de operação de aterro sanitário, limitada a exigência de comprovação dessa experiência às parcelas de maior relevância técnica dos serviços executados, conforme especificado a seguir:

DESCRIÇÃO	UND	QUANT. CONTRATO	QUANT. ACERVO TÉCNICO (40%)
Transporte com caminhão basculante de 6m ³ , em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m³.km) At.01/2018	t x km	15.413,581,78	6.165.432,71
Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte)	m ³	466.025,90	186.410,36
Geomembrana em p.ead, espessura 0,6mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por ferro fusão, abraçadeiras, insertos, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.	m ²	252.429,68	100.971,872
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.	m ²	258.113,68	103.245,472
Planto de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, inclusive transporte, preparo do terreno e material para este.	m ²	198.657,37	79.462,948
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Resíduo	M ³	6.945,48	2.778,192
Aterro Com Material De 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Em Torção De 140CV Com Lâmina, Em Camadas De 20CM De Material Adesado, Regado Por Canhão Tanque E Compactado A 90% Com Rolo Pe De Camarão Convencional, De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneu, Intervendo 2 (Dois) Serventes, Exclusivo O Fornecimento Da Terra	m ³	184.562,50	73.825

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pres.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pres.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental	Und	01
Encerramento de Lixão	Und	01

15. Já para fins de qualificação técnica-profissional, é exigido no item 11.4.4 do edital, a comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente, profissional que detenha atestados que comprove a experiência na execução dos serviços similares aos serviços de recuperação de vazadouro ou lixão ou ainda de operação de aterro sanitário, consoante o extrato do edital abaixo colecionado:

11.4.4 - Para a qualificação técnico-profissional deverá ser apresentado comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de um ou mais atestados expedido por pessoa jurídica de Direito público ou Privado, devidamente averbado no CREA, acompanhados da Certidão de Acervo Técnico (CAT), os quais **comproven** que o profissional possui experiência na execução dos serviços similares e equivalentes aos serviços de recuperação de vazadouro ou lixão ou ainda de operação de aterro sanitário, limitada a exigência de comprovação dessa experiência às parcelas de maior relevância técnica dos serviços executados, conforme especificado a seguir:

DESCRIÇÃO	UND
Transporte com caminhão basculante de 6m3, em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m3xkm). At 01/2018	t x km
Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte)	m³
Geomembrana em pead, espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, insertes, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.	m²
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.	m²
Plantio de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, exclusive transporte, preparo do terreno e material para este.	m²
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso	M³
Aterro Com Material De 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Fm Torno De 140CV Com Lâmina Fm Camadas De 20CM De Material Adensado, Regado Por Caminhão Tanque F. Compactado A 90º Com Rolo Pê De Carneiro Convencional, De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneus, Intervindo 2(Dois) Serventes, Exclusive O Fornecimento Da Terra	m³
Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental	Und
Encerramento de Lixão	Und

16. Para tentar atender as exigências de qualificação técnica operacional e profissional acima expostas, a **UNIÃO NORTE FLUMINENSE** apresentou os seguintes atestados:

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pres.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

ATESTADOS APRESENTADOS PELA LICITANTE UNIÃO NORTE FLUMINENSE

Atestado	CAT	Análise Técnica
Atestado do Centro de Tratamento de Resíduos Três Rios/RJ (fls. 194)	CAT 108531/2024 (01/02/2017 a 30/06/2024)	Graves indícios de irregularidades
Atestado Município de Três Rios/RJ (fls. 234)	CAT 61077/2022 (27/07/2018 A 26/11/2021)	Graves indícios de irregularidades
Atestado do Município de São João Da Barra (fls. 108)	CAT 6577/2010 (12/09/2005 A 19/02/2010)	Graves indícios de irregularidades
Atestado Consorcio Limp-Lagos (fls. 103)	CAT 66544/2022 (01/01/2021 A 31/12/2021)	Graves indícios de irregularidades
Atestado Município de Seropédica (fls. 148)	CAT 8437/2008 (15/09/2005 A 15/03/2006)	Graves indícios de irregularidades
Atestado Consorcio Centro Sul (fls. 248)	CAT 95823/2024 e CAT 95830/2024 (14/03/2016 A 28/06/2024)	Graves indícios de irregularidades
Atestado Dpto Estradas e Rodagens - Estado do RJ (fls. 156 e 202)	CAT 41432/2019 e CAT 3467/2013 (25/09/2013 A 19/09/2014)	

17. Conforme previamente indicado no quadro acima, **6 (seis) dos 7 (sete) atestados apresentados pela Recorrida, UNIÃO NORTE FLUMINENSE, apresentam graves indícios de irregularidades que comprometem sua validade.** Ademais, mesmo se considerados em conjunto, tais atestados **não atendem ao quantitativo exigido pelo edital** para os serviços cuja comprovação de capacidade técnica operacional e profissional é requerida, conforme disposto nos itens 11.4.3 e 11.4.4 do edital.

18. As irregularidades detectadas pela equipe técnica da Recorrente nos referidos atestados englobam, em síntese, **divergências substanciais nas informações apresentadas, inconsistências**

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B

quanto ao escopo dos serviços efetivamente prestados, dúvidas acerca da participação real da empresa na execução de serviços similares ao objeto licitado, além de questionamentos sobre a autenticidade das informações neles contidas.

19. Ademais, a simples análise dos quantitativos indicados nos atestados de capacidade técnica evidencia que os mesmos **não atingem os valores mínimos exigidos** para os serviços cuja comprovação é expressamente requerida pelo edital

20. Diante desse cenário, com o objetivo de esclarecer detalhadamente a esta d. Administração os **graves indícios de irregularidades** constatados nos atestados apresentados pela Recorrida, **União Norte Fluminense**, bem como demonstrar o **não atendimento aos quantitativos exigidos pelo edital**, passamos a expor, nos tópicos subsequentes, uma **análise pormenorizada das irregularidades identificadas** em cada atestado apresentado:

III.1) ATESTADO DO CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS TRÊS RIOS/RJ (CAT 108531/2024):

Indícios de Irregularidades

21. O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa União Norte Fluminense, referente aos serviços prestados no **Centro de Tratamento e Destinação de Resíduos Sólidos de Três Rios** (CTDRS-TR) e acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 108531/2024, suscita graves dúvidas quanto à veracidade das informações prestadas, comprometendo a comprovação da capacidade técnica exigida para a execução do objeto licitatório, à saber:

IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NO ATESTADO CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS TRÊS RIOS/RJ - (CAT 108531/2024)

- Serviços que supostamente ultrapassam a competência dos engenheiros indicados;
- Serviços supostamente executados sem satisfatoriedade, causando possíveis e supostos danos ambientais.
- Atestado da empresa para ela mesma, sendo o mesmo assinado pelo então diretor **Sandro Peixoto Failage**, responsável pela empresa **União Norte Fluminense**;

22. Em **primeiro lugar**, observa-se uma suposta **inconsistência na indicação dos responsáveis técnicos**, eis que supostamente os profissionais indicados não possuem a habilitação necessária para a execução de todos os serviços prestados. Explicamos:

23. O atestado indica a realização de três fases distintas de execução dos serviços que compõem o objeto:

- **Fase de projetos** (2014 a 2015), sob responsabilidade exclusiva do **Engenheiro Civil** Rodolfo Moulin Pinheiro;
- **Primeira fase de execução** (meados de 2017), contando com os **engenheiros civis** Rodolfo Moulin Pinheiro, Hugo Aquino Neto e Max Jeronimo Zulchner;
- **Segunda fase de execução** (2019 a 2024), novamente sob a responsabilidade exclusiva do **Engenheiro Civil** Rodolfo Moulin Pinheiro.

24. No entanto, o escopo de serviços contemplado no atestado, **especialmente na primeira e segunda fase de execução**, inclui atividades que **extrapolam as competências dos engenheiros civis citados**, configurando uma suposta prática irregular de execução de serviços de engenharia sem os responsáveis técnicos adequados.

25. O atestado inclui, por exemplo, serviços como **plantio de grama** e o **tratamento físico-químico de chorume**, que **não podem ser legalmente executados ou supervisionados por engenheiros civis**.

26. O **plantio de grama**, conforme as normativas técnicas aplicáveis, deve ser supervisionado e conduzido por **engenheiros agrônomos** ou **engenheiros florestais**, profissionais capacitados e devidamente habilitados para tal função. Contudo, não há qualquer menção no atestado à participação desses profissionais, sendo supostamente inadequada e juridicamente inviável a atribuição desse serviço a engenheiros civis, que não possuem competência técnica para execução e supervisão atividades dessa natureza segundo o CONFEA.

27. O **tratamento físico-químico de chorume**, por sua vez, é uma atividade de extrema complexidade técnica e altamente especializada, que requer, por força de lei, a supervisão de engenheiros

químicos, e não por engenheiros civis como indica o atestado apresentado pela Recorrida. A ausência desses profissionais entre os responsáveis técnicos indicados no atestado agrava a irregularidade, uma vez que os engenheiros civis indicados não possuem a formação e habilitação necessárias para conduzir ou supervisionar essa atividade, conforme estabelece o CONFEA. Assim, a inclusão desse serviço no atestado, sem a devida participação de profissionais qualificados para tal, compromete ainda mais a validade do documento.

28. Esses serviços, portanto, não podem ser considerados válidos como comprovantes de capacidade técnica da **União Norte Fluminense**, uma vez que foram atribuídos a profissionais que supostamente não possuem a habilitação legal para a execução ou supervisão das atividades. A prática de se atribuir responsabilidades técnicas a profissionais não habilitados configura não apenas uma irregularidade administrativa, mas também uma suposta violação das normas de exercício profissional, supostamente fragilizando a segurança técnica da obra e ferindo os princípios da legalidade e da eficiência.

29. O **segundo ponto** de potencial irregularidade a ser observado neste atestado é o suposto **descompasso entre o atestado e a realidade do empreendimento**, evidenciando possível **insatisfatoriedade** dos serviços prestados pela Recorrida.

30. Além das inconsistências técnicas mencionadas, há supostos indícios de que os serviços de remediação ambiental alegados no atestado não foram executados de maneira satisfatória pela União Norte Fluminense. O atestado descreve a implantação e operação de remediação de área degradada, especificamente em um antigo lixão, sugerindo que a empresa realizou as ações necessárias para mitigar os impactos ambientais. No entanto, a **realidade observada no local** contradiz diretamente o que foi declarado no documento.

31. Em visita recente à área, foram constatados supostamente a existência de **resíduos expostos a céu aberto**, sem a devida cobertura ou tratamento, bem como **focos de incêndio**, que geram fumaça intensa, comprometendo ainda mais o ambiente. A suposta situação de abandono e descuido com a área remediada revela indícios de que a execução prática do serviço foi **inadequada**, comprometendo a qualidade e a segurança ambiental da região.

32. As imagens fotográficas recentes extraídas do local evidenciam de maneira clara e inequívoca tal irregularidade, conforme pode-se aferir:



QUEBEC AMBIENTAL S/A – Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.



QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial | Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.



QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.



QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.



QUEBEC AMBIENTAL S/A – Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307

Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br>

(62) 3246-0211 / 0099

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

33. Os vídeos obtidos através da visita técnica, os quais evidenciam tais falhas e retratam a gravidade da situação vivenciada no empreendimento, foram reunidos por esta empresa em um link do drive, o qual pode ser acessado e conferido por essa douta Administração através do link: https://drive.google.com/drive/folders/1HqAWiBVP2p1ASGQHWUIEjghZcqd1_KFY?usp=sharing

34. Para corroborar essa alegação, uma **operação de fiscalização ambiental** realizada em julho de 2024 por autoridades competentes supostamente multou o aterro sanitário de Três Rios, onde os serviços da empresa **União Norte Fluminense** supostamente foram realizados, por **irregularidades ambientais**, incluindo a **presença de resíduos a céu aberto** e a **ausência de medidas adequadas de remediação**.

35. Matérias veiculadas em jornais de grande circulação evidenciam o grave problema ocorrido na execução dos serviços que compõem o objeto do atestado apresentado pela **União Norte** a este certame. Veja:



Matéria disponível em: <https://odia.ig.com.br/tres-rios/2024/07/6875205-operacao-de-fiscalizacao-ambiental-multa-dois-aterros-sanitarios-em-tres-rios.html>

36. A referida matéria reforça os indícios de que os serviços prestados pela empresa **União Norte Fluminense** supostamente não atenderam aos critérios mínimos de qualidade e eficiência necessários para a gestão ambiental do aterro sanitário. A aplicação de multas ambientais no âmbito da fiscalização noticiada é um indicativo claro da suposta **ineficiência dos serviços prestados**.

37. Segundo expresso pela própria reportagem, as **irregularidades detectadas** pelas autoridades competentes, tais como a **falta de manutenção adequada**, a **presença de resíduos a céu aberto** e o

manejo impróprio dos resíduos, corroboram com as constatações feitas durante a visita técnica ao local, onde se verificou a presença de resíduos sem a devida cobertura e focos de incêndio.

38. Essas falhas evidenciam que as atividades declaradas no atestado, tais como a "**operação de remediação de área degradada**", supostamente **não foram executadas de forma eficiente** e conforme os padrões técnicos exigidos, resultando, até mesmo, em possível e supostos problemas ambientais.

39. Portanto, dados os graves indícios de falha na prestação dos serviços em comento pela empresa **União Norte**, o atestado de capacidade técnica em questão não deve ser aceito para fins de comprovação da qualificação técnica da empresa, **considerando que supostamente a execução dos serviços não demonstra-se satisfatória**.

40. Por fim, o **terceiro ponto** de potencial irregularidade identificado refere-se a uma suposta **autodeclaração do atestado**.

41. O atestado em questão foi **emitido pela própria empresa União Norte Fluminense**, sendo assinado por seu diretor, **Sandro Peixoto Failage**, em favor de si mesma, declarando a execução de serviços tecnicamente complexos, **sem qualquer validação do órgão contratante quanto à satisfatoriedade dos serviços executados, nem tampouco quanto aos quantitativos e serviços descritos**.

42. **Repisa-se: Este documento foi emitido pela própria empresa em favor de si mesma e assinado pelo seu diretor, Sandro Peixoto Failage, sem qualquer verificação externa ou independente. Ou seja, a própria empresa autodeclara que ela mesma realizou os serviços sem qualquer validação do órgão contratante para com as informações constantes neste documento.**

43. A autodeclaração do atestado é clara e pode ser verificada pela simples observação do atestado.



no 17.00 23/07/23
no 04.00 23/07/23

152

Atestado de Capacidade Técnica

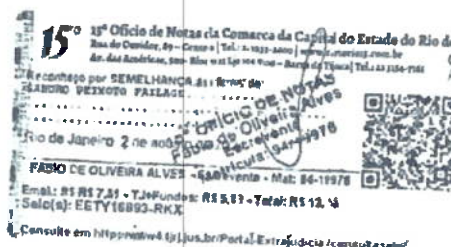
A empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA** sediada à Rua Marília Peixoto Aquino nº 1 - Centro - São João da Barra - RJ, CEP 28000-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.354.917/0001-10 atesta para os devidos fins, que executou com bom desempenho e dentro dos prazos e padrões de qualidade estabelecidos, o projeto e as obras de Implantação e operação do Centro de Tratamento e Destinação de Resíduos Sólidos de Três Rios (CTDRS-TR), localizado à Rodovia BR - 040, Km 17 - s/nº - Vila Isabel - Três Rios - RJ com a área total de 185.704,67 m².

O projeto foi elaborado em 2014/ 2015 e teve como autor e responsável perante o CREA, o Engenheiro Civil Rodolfo Moulin Pinheiro, portador da carteira de identidade n.º 2007134217, expedida pelo CREA/RJ, RNP: 2004632780 e Inscrito no CPF sob o n.º 092.698.917-04.

(...)

São João da Barra, 01 de julho de 2024.

UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
SANDRO PEIXOTO FAIAGE - DIRETOR
RG. 075146761 IFF/RJ



Matriz
Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro - São João da Barra/RJ
CEP 28.200-200
Tel/Fax: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro
Rua da Assembleia, 65 - 10º andar
Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP 20.011-000
Tel/Fax: (21) 2212-3100

Filial Três Rios
Rod BR-040, S/N
Bairro Moura Brasil - Três Rios/RJ
CEP 25.812-470
Tel/Fax: (24) 2251-1180

44. Esse caráter autodeclaratório do documento gera **sérias dúvidas quanto à veracidade das informações** prestadas e traz à tona o suposto risco de **inconsistência documental**, uma vez que a empresa atesta para si própria a execução de serviços de elevada complexidade técnica e ambiental sem

QUEBEC AMBIENTAL S/A - Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 - 23º andar - salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes - Goiânia - GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

qualquer validação do órgão contratante, o que levanta **sérias dúvidas sobre a imparcialidade e a veracidade das informações prestadas.**

45. **A falta de fiscalização externa e isenta** do próprio órgão contratante compromete diretamente a credibilidade do documento, uma vez que não há garantias de que os serviços atestados foram efetivamente executados conforme declarado. Este tipo de procedimento vai contra os princípios da **transparência, legalidade e moralidade** que regem os processos licitatórios, aumentando o risco de suposta **inconsistência documental.**

46. Essas dúvidas se tornam ainda mais graves quando confrontadas com evidências externas da **insatisfatoriedade dos serviços prestados,** conforme retratado acima.

47. Marçal Justen Filho, ao lecionar sobre a figura do autoatestado dispõe claramente acerca da impossibilidade de sua aceitabilidade

*"Não existe vedação legal expressa à apresentação de autoatestados. A discussão doutrinária e jurisprudencial sobre a matéria é incipiente. **Mas a lógica inerente à exigência de comprovação de qualificação técnica-operacional é aversa à apresentação de autoatestados.***

*A legitimidade da comprovação documental pressupõe a imparcialidade e ausência de conflitos de interesses do emissor do documento. **Portanto, não devem ser admitidos atestados (i) nos quais a licitante ateste sua própria qualificação em razão de objetos prestados a terceiros; (ii) emitidos por empresa com que a licitante constitua grupo econômico; ou (iii) emitidos por empresa com que a licitante possua sócio coincidente.** Os atestados emitidos nessas circunstâncias terão natureza jurídica de declarações **meras manifestações unilaterais, destituídas de quaisquer ônus sobre o conteúdo dos serviços prestados.**" (grifou-se)*

48. Portanto, reitera-se a necessidade de que a habilitação da empresa **União Norte Fluminense** seja **reavaliada com base nas supostas irregularidades técnicas, na insatisfação comprovada pelo autoatestado e nas sanções ambientais** e, com a confirmação dessas falhas apontadas, a empresa deve ser **imediatamente inabilitada,** resguardando o interesse público e a integridade do processo licitatório.

III.2) ATESTADO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS/RJ (CAT 61077/2022) : Indícios de Irregularidades

49. O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa União Norte Fluminense, emitido pelo Município de Três Rios e acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 61077/2022, também apresenta inconsistências graves que invalidam diversas informações prestadas, comprometendo sua adequação para comprovar a qualificação técnica necessária à execução do objeto licitatório, a saber:

IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NO ATESTADO DO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS/RJ (CAT 61077/2022)	
<ul style="list-style-type: none">O atestado aponta o Engenheiro Civil Rodolfo Moulin Pinheiro como único responsável técnico por todos os serviços mencionados. No entanto, o conteúdo do atestado inclui atividades que extrapolam as competências de um engenheiro civil, como o tratamento físico-químico de chorume;	

50. Em síntese, o **atestado destaca como único responsável técnico** por todos os serviços declarados o **Engenheiro Civil Rodolfo Moulin Pinheiro**. Entretanto, o conteúdo do referido atestado inclui serviços que **extrapolam** as atribuições de um **engenheiro civil**, uma vez que se trata de atividades especializadas que demandam a participação de outros profissionais com habilitações técnicas específicas.

51. Um dos serviços citados é o **tratamento físico-químico de chorume**, um processo de alta complexidade que exige o acompanhamento e supervisão de **engenheiros químicos**, conforme estabelecido pelas normas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

52. Na própria certidão de acervo técnico emitido pelo CREA/RJ em favor do Engenheiro Civil Rodolfo Moulin Pinheiro é feita uma ressalva sobre a inabilitação do profissional para a execução do serviço em questão. Veja:



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ



CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
61077/2022

Atividade em andamento

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 15.491/2023
Data de início: 22/04/23
Ruínas: _____ R\$: _____

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 61077/2022)

O Atestado em anexo não confere reconhecimento de habilitação profissional para
o(s) serviço(s) referente(s) a ENGENHARIA QUÍMICA [TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS
PERCOLADOS/LIXIVIADOS (CHORUME)] E ENGENHARIA MECÂNICA [MANUTENÇÃO DE BALANÇA
RODOVIÁRIA] o(s) qual(is) e(são) atribuição(ões) que exigem responsabilidade
técnica de um ENGENHEIRO QUÍMICO E ENGENHEIRO MECÂNICO.
OBSERVAÇÕES:
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE AOS SERVIÇOS REALIZADOS PARCIALMENTE CONFORME PERÍODO OU ..
QUANTITATIVOS CONSTANTES DO ATESTADO ANEXO.
CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT,
com ressalvas e observações, o atestado contendo 6 folha(s), expedido pelo contratante da
obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele
constantes

Certidão fls. 239

53. De acordo com as normativas do **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)**, engenheiros civis não possuem atribuição para realizar ou supervisionar tais atividades, que envolvem conhecimentos específicos da área química. Portanto, ao listar o Engenheiro Civil Rodolfo Moulin Pinheiro como **único** responsável técnico, o atestado demonstra suposta inadequação no cumprimento das exigências normativas, comprometendo sua validade e, conseqüentemente, a **qualificação técnica profissional** da empresa para o presente certame.

54. A Resolução nº 218/1973 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) estabelece claramente em seu artigo 17, inciso I, que compete ao profissional engenheiro químico a realização de serviços dessa natureza, citando, inclusive, sua competência para o tratamento de água, refeitos e serviços correlatos, nos termos:

Art. 17 - Compete ao ENGENHEIRO QUÍMICO ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE QUÍMICA:

I - desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria química e petroquímica e de alimentos; produtos químicos; tratamento de água e

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

instalações de tratamento de água industrial e de rejeitos industriais; seus serviços afins e correlatos. (grifou-se)

55. A ausência da menção de profissionais habilitados (como engenheiros químicos) para a execução de serviços técnicos como o tratamento físico-químico de chorume, indica que a empresa **União Norte Fluminense** supostamente **executou serviços sem a supervisão técnica qualificada**, o que constitui indícios de uma suposta prática irregular.

56. Esse fato compromete a possibilidade de utilização do documento para fins de qualificação técnica operacional, considerando a suposta execução contratual por profissional supostamente não habilitado para todo o escopo de serviços previstos (por exemplo, para serviços como tratamento físico-químico de chorume), bem como para fins de **qualificação técnica profissional da empresa**, uma vez inviabilizada por não dispor a empresa dos profissionais habilitados exigidos pelas normativas.

57. As irregularidades expostas no atestado do Município de Três Rios (CAT 61077/2022) inviabilizam sua aceitação como documento válido para comprovação de qualificação técnica. A **falta de profissionais adequados**, em especial para serviços como o tratamento de chorume, compromete a **qualificação técnica profissional** da União Norte Fluminense e a torna inadequada para a execução do objeto do certame.

58. Diante das inconsistências e da ausência de profissionais habilitados para a execução dos serviços, o atestado do Município de Três Rios (CAT 61077/2022) deve ser **desconsiderado** como prova válida de qualificação técnica.

III.3) ATESTADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA (CAT 6577/2010): Indícios de Irregularidades

59. O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa União Norte Fluminense, emitido pelo Município de São João da Barra e acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 6577/2010 de igual forma, levanta **sérias dúvidas quanto à veracidade dos dados** informados, especialmente em

QUEBEC AMBIENTAL S/A – Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

relação ao quantitativo total do **plantio de grama** declarado. A suposta irregularidade identificada neste atestado, em síntese, é a seguinte:

IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NO ATESTADO SÃO JOÃO DA BARRA (CAT 6577/2010)	
<ul style="list-style-type: none">• O atestado apresenta um vulto quantitativo extremamente elevado para o item plantio de grama, o que causa estranheza e exige maior averiguação para comprovar sua veracidade;	

60. De acordo com o atestado, a empresa teria realizado o plantio de grama em uma área total de **6.263.647,00 m²**, durante um período de aproximadamente 53 meses de execução. Isso equivale a uma média de cerca de **118.000,00 m² por mês**, o que representa um **volume extremamente elevado de plantio para um município com uma população estimada em apenas 30 mil habitantes**. Esse número, por si só, suscita questionamentos, dado que tal quantitativo é **desproporcional** ao tamanho e às características territoriais do Município de São João da Barra.

61. Além do vultoso quantitativo, deve-se considerar que o volume mensal de 118.000 m² exigiria uma **estrutura logística e operacional de grande porte**, além de uma quantidade substancial de mão de obra, materiais e tempo para execução. Não há, no atestado, menção clara ou detalhada sobre como a empresa conseguiu viabilizar tal escala de operação de maneira contínua durante os 53 meses. A ausência de tais informações **dificulta a comprovação da veracidade e exequibilidade** do serviço declarado.

62. Diante da discrepância observada, é imprescindível que seja realizada uma **verificação detalhada** do quantitativo de serviços executados, com a apresentação de documentos comprobatórios como **Medições oficiais** dos serviços realizados; **Ordens de serviço** emitidas à época da execução; **Relatórios e boletins de medição** detalhando as quantidades de grama efetivamente plantadas e as áreas abrangidas.

63. A falta de tais comprovações documentais podem indicar que o atestado não corresponde fielmente à execução dos serviços, o que comprometeria a validade da capacidade técnica apresentada

pela empresa. **Sem a comprovação adequada dos números declarados**, não há como garantir a veracidade dos quantitativos dispostos em sede de edital.

64. Considerando o elevado quantitativo declarado no atestado do Município de São João da Barra, solicita-se a realização de **diligências, nos termos do art. 43, §3º da Lei 8.666/93, para confirmar a veracidade das informações apresentadas**. Caso esses documentos a serem apresentados não comprovem a quantidade mencionada, o atestado deverá ser **desconsiderado** como prova válida de qualificação técnica.

III.4) ATESTADO CONSORCIO LIMP-LAGOS (CAT 66544/2022): Indícios de Irregularidades

65. O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa **União Norte Fluminense**, referente ao **Consórcio LIMP-LAGOS** e acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 66544/2022, também levanta sérias dúvidas sobre a veracidade das informações prestadas e a regularidade dos serviços declarados. A seguir, detalhamos os principais pontos que tornam esse atestado supostamente irregular:

IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NO ATESTADO CONSÓRCIO LIMP-LAGOS (CAT 66544/2022)
<ul style="list-style-type: none">• A CAT 66544/2022 do consorcio LIMP-LAGOS, trata-se de um atestado da empresa para ela mesma, sendo o mesmo assinado pelo então diretor Sandro Peixoto Failage, responsável pela empresa União Norte Fluminense;• Declaração incorreta de que o consórcio Limp-Lago é de direito público;• Atestado de subcontratação sem qualquer documento que reconheça formalmente essa subcontratação, o que supostamente torna a subcontratação inválida;• O valor total declarado no atestado supostamente não condiz com o volume de materiais (Geomembrana e Manta Geotêxtil) utilizados;

66. O primeiro ponto de irregularidade constatada para este atestado, refere-se a **emissão do atestado pelo próprio representante real da própria empresa União Norte Fluminense**, ou seja, trata-se supostamente de um **autoatestado** ou uma **autodeclaração técnica**.

67. Inicialmente, é importante esclarecer e analisar que o atestado em questão refere-se aos serviços realizados pelo **Consórcio Limp-Lagos**, composto pelas empresas **Força Ambiental Ltda** e **CJT Engenharia e Construção Ltda** (empresa Líder), no âmbito do **Contrato nº 003/152/2021**, firmado entre o **Consórcio Limp-Lagos** e o **Município de Saquarema/RJ**.

68. Trata-se, portanto, de um atestado originário de uma subcontratação que o **Consórcio Limp-Lagos** realizou em favor da empresa **União Norte Fluminense** no âmbito do referido contrato originário.

69. Curiosamente, quando analisa-se o contrato nº 003/152/2021, firmado entre o Município de Saquarema e o Consórcio Limp-Lagos, é possível verificar que o Contratado (Consórcio Limp-Lagos) é representado pelo Sr. **Sandro Peixoto Failage**, que, neste ato, aparece como **representante da empresa líder do Consórcio, CJT Engenharia**. Veja:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 033/17

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3353/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA E CONSÓRCIO LIMP - LAGOS, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, OPERAÇÃO E REMEDIAÇÃO DO VAZADOURO; COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, TRITURAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE; E DESOBSTRUÇÃO DE REDES E GALERIAS PLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.147.670/0001-21, com sede na Rua Coronel Madureira, 77 Centro Saquarema/RJ, neste ato representado por **Lindonor Ferreira Resende Rosa**, portador do RG nº 0080650971 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 003769277-12, de um lado, e de outro como CONTRATADA: CONSÓRCIO LIMP - LAGOS, pessoa jurídica de direito privado legalmente constituída pela empresa FORÇA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.217.115/0001-40 situada na Rua João Francisco de Almeida, 1285 (parte) – Centro – São João da Barra/RJ e pela empresa CJT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.289.424/0001-20, situada na Avenida Rio Branco, 20, 3º andar (parte) – Centro/RJ, neste ato representado por **Sandro Peixoto Failage**, portador do RG nº 075.146.761 IFP/RJ inscrito no CPF/MF sob o nº 856.360.457-00.

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pres.


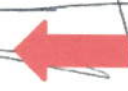
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> ou utilize o código 1207-9846-223B-774B.

(62) 3246-0211 / 0099

70. Inclusive, é o Sr. **Sandro Peixoto Falaiage** que assina o atestado de capacidade técnica emitido pelo Consórcio Limp-Lagos em favor da União Norte Fluminense. Veja:

- Implantação de poços de chorume e lagoa de 4.050 m³ para acúmulo de chorume, com respectiva operação;
- Implantação, acompanhamento, monitoramento e manutenção dos 8 marcos superficiais e 4 piezômetros com câmara dupla;
- Acompanhamento geotécnico (topografia) do terreno feito por topografia tradicional e por meio de utilização de drone com software em 3D;
- Controle de entrada de quantitativo de resíduos sólidos urbano através de pesagem com balança rodoviária e emissão de ticket.

São João da Barra, 07 de junho de 2022.

CONSÓRCIO LIMP-LAGOS
Sandro Peixoto Falaiage
RG 075146761 – IFP/RJ
Responsável Legal – Administrador

(Imagem extraída do atestado emitido pelo Consórcio Limp-Lagos)

71. Contudo, a situação gera estranheza a partir do momento em que constata-se que o Sr. **Sandro Peixoto Falaiage**, representante do Consórcio Limp-Lagos que, neste cenário é emissor do atestado de capacidade técnica em favor da União Norte, também é representante legal e diretor da própria União Norte Fluminense.

72. Veja o que prevê o ato constitutivo da Recorrida:

UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.354.917/0001-10 e registrada na JUCERJA sob NIRE nº 33.20592984-0, com sede social na Rua Marília Peixoto Aquino, nº 1, Centro, São João da Barra/RJ - CEP 28.200-000, neste ato representada por seu **Diretor Administrativo Sr. Sandro Peixoto Falaiage**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, portador da carteira de identidade nº 07.511.676-1 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 856.360.157-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jorge Figueiredo, nº 577, Anil - Jacarepagua, CEP: 22.750-120.

(imagem extraída da 3ª alteração do Contrato Social da Recorrida)

73. Ou seja, supostamente, o Consórcio emissor do atestado de capacidade técnica é administrado pelo diretor da Recorrida.

74. O atestado de capacidade técnica emitido pela própria **União Norte Fluminense**, no âmbito do Consórcio LIMP-LAGOS (CAT 66544/2022), configura, portanto, um **autoatestado**, o que, segundo a doutrina, compromete sua validade. Embora não haja vedação legal expressa quanto à apresentação de

QUEBEC AMBIENTAL S/A – Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

(62) 3246-0211 / 0099

autoatestados, a aceitação de documentos desta natureza **afronta os princípios da imparcialidade e da transparência** nos certames licitatórios.

75. Conforme ensina **Marçal Justen Filho**, a legitimidade da comprovação documental de capacidade técnica exige que o emissor do atestado seja **imparcial e livre de conflitos de interesse**. Autoatestados são, portanto, meras declarações unilaterais, sem ônus para o emissor e **sem garantia de veracidade**. A falta de imparcialidade de um atestado emitido pela própria empresa, ou por uma entidade a ela vinculada, torna-o **incompatível com a exigência de qualificação técnico-operacional**:

76. A aceitação de **autoatestados** compromete a **moralidade** e a **isonomia** da licitação, pois permite que a própria empresa licitante se autoqualifique, sem a validação por um terceiro independente, minando a confiabilidade das informações prestadas. Isso é o que ocorre no caso do **Consórcio LIMP-LAGOS**, onde a **União Norte Fluminense** atesta sua própria capacidade sem qualquer controle externo.

77. A jurisprudência dos Tribunais Pátrios e das Cortes de Contas Superiores são pacificadas no sentido de que autoatestados não devem ser considerados para fins de qualificação técnica em outros certame. Vejamos:

Único atestado de capacitação técnica fundado em declaração do próprio interessado. Questionamento quanto à aptidão do atestado para comprovar capacidade técnica-operacional para execução do objeto.

[...].

Uma situação é o destinatário do serviço, aquele que vai usufruir da sua utilidade, arriscando uma troca definitiva de dinheiro por bens e serviços, declarar que sua expectativa foi atendida, isto é, que recebeu aquilo esperava pelo que pagou. Outra circunstância é o executante declarar que aquilo que forneceu era o que se esperava que fosse fornecido. (TCU, Acórdão 608/2005, Plenário rel. Min. Guilherme Palmeira, grifou-se).

O caso concreto em análise difere daqueles elencados pela fundação, de forma que a argumentação trazida não é aplicável à situação verificada, qual seja, a existência de vínculo entre empresa licitante e empresa atestadora dos serviços da primeira.

Embora não haja uma vedação expressa que proíba esse tipo de ocorrência, há um evidente conflito de interesse, uma vez que o fato de a empresa [X] apresentar em seu quadro societário a

mesma pessoa que também é representante da empresa [Y], para a qual foi emitido o atestado, equivale, na prática, a uma autodeclaração de capacidade técnica. (TCU, Acórdão 602/2018, Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, grifou-se).

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA FIRMADO PELO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITADA. Não se presta para fins de comprovação da qualificação técnica atestado emitido pelo representante legal da própria empresa licitada, onde esta, em seu nome, informa tenha prestado serviço similar a terceiro. Atestado que deve ser fornecido pela empresa para quem a licitada prestou o serviço, pena de se esvaziar o objetivo do legislador. Denegação da ordem que se impunha. Ausência de ilegalidade ou abuso de poder no ato coator. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RS - AC: 70037149820 RS, Relator: Carlos Roberto Lofego Canibal, Data de Julgamento: 17/11/2010, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 07/12/2010) (grifou-se)

78. O segundo ponto que suscita dúvidas quanto a veracidade e autenticidade do atestado de capacidade técnica em comento refere-se à **suposta irregularidade no processo de subcontratação** que constitui o objeto do contrato originário, a qual induz a uma **suspeita de invalidade dessa subcontratação**. Explicamos:

79. Em razão de tratar-se de um autoatestado, e com o intuito de verificar a legitimidade do atestado, a Recorrente realizou uma análise detalhada dos termos do edital da Concorrência Pública nº 001/2017, promovida pelo Município de Saquarema, bem como do Contrato de Prestação de Serviços nº 033/17, que deu origem ao atestado apresentado pela Recorrida.

80. Durante essa verificação, constatou-se que tanto o edital, quanto o contrato em comento estabelecem cláusulas que **somente viabilizam a subcontratação em caso de anuência do Órgão Contratante**. Ou seja, **qualquer eventual subcontratação que eventualmente se originasse deveria obrigatoriamente, ser vinculada e condicionada à anuência prévia do Órgão Contratante para que pudesse se ter validade**, caso contrário, a subcontratação seria **inválida**, nos termos:

16. DA SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. É permitido a adjudicatária contratada subcontratar ou transferir o Contrato, desde que dê ciência prévia ao CONTRATANTE.

16.2. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita da CONTRATANTE, será nula de plano direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das penas legais e contratuais cabíveis.

16.3. Em caso de cessão, subcontratação ou transferência autorizada, a adjudicatária contratada permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação a CONTRATANTE como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições de Contrato.

(imagem extraída do Edital da Concorrência nº 001/2017 do Município de Siquarema que originou o atestado em pauta)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, desde que caracterizada formalmente uma das condições abaixo especificadas:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- c) A CONTRATADA não cumprir com as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- d) O atraso injustificado da CONTRATADA no início do serviço;
- e) A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência prévia da CONTRATANTE;

(imagem extraída do Contrato de prestação de serviços nº 033/17 entre o Município de Siquarema e o Consórcio Limp-Lagos)

81. O processo de subcontratação é um acordo no qual uma empresa contratada, delega a outra empresa ou profissional, denominado subcontratado, parte das atividades ou serviços que originalmente lhe foram atribuídos em um contrato principal. No contexto das licitações e contratos administrativos, a subcontratação é permitida em determinadas circunstâncias e deve seguir as regras estabelecidas no edital ou contrato, não podendo violar as obrigações da contratada principal nem transferir a totalidade das suas responsabilidades ao subcontratado.

82. Nesse sentido, no caso em análise, para legitimar a subcontratação dos serviços, a subcontratação deveria ser formalizada e resguardada com a anuência formal e prévia da Administração. Não havendo tal anuência, a subcontratação torna-se claramente inválida.

83. No entanto, no presente caso, a Recorrida não apresentou nenhum documento oficial que atestasse a regularidade dessa subcontratação, de modo que a ausência dessa documentação gera sérias dúvidas sobre a autenticidade da subcontratação que constitui o objeto do atestado apresentado e, conseqüentemente, sobre a real capacidade técnica da Recorrida para executar o objeto licitado com a qualidade exigida.

84. Diante de todas as irregularidades apontadas, torna-se indispensável a realização de **diligências junto ao Município de Saquarema/RJ**, para apurar se houve anuência formal para a subcontratação realizada pelo Consórcio LIMP-LAGOS e se a execução dos serviços e fornecimento de materiais corresponde ao declarado no atestado. É essencial que a administração solicite o **contrato de subempreitada**, bem como as **notas fiscais relativas à execução dos serviços** e à compra dos materiais.

85. Em caso de constatação de tal irregularidade, urge-se que esta Comissão de Licitação **inabilite imediatamente a União Norte Fluminense**, uma vez que tal circunstância, aliás, já expõe a conduta da licitante que apresentou o atestado (UNIÃO NORTE FLUMINENSE) de não observar adequadamente o ordenamento jurídico e a respectiva jurisprudência formada nos Tribunais de Contas, o que reforça a necessidade de que a mesma seja inabilitada de plano do **certame**, sob pena de vir a causar prejuízos para essa municipalidade quando da execução contratual, consoante as jurisprudências pátrias:

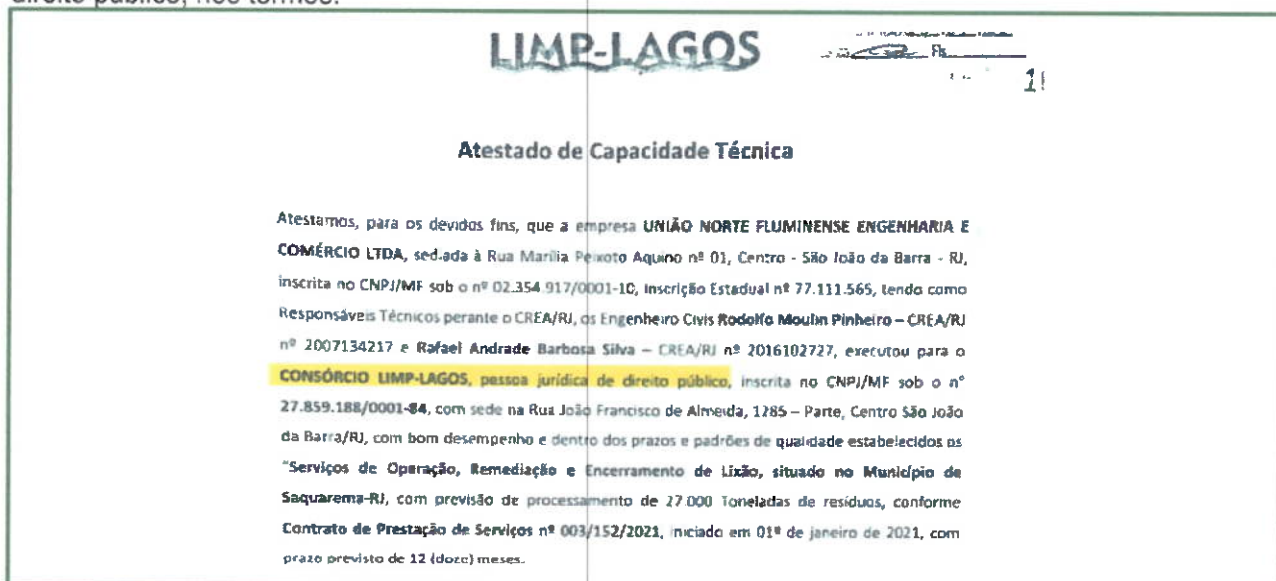
“47. O atestado não é apenas a demonstração de uma situação de fato, mas, necessariamente, a demonstração de uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato social. Ambos são necessários a circunstância fática e a conformidade legal. Se o atestado remete à prestação de serviços em desacordo com o contrato social da empresa e, portanto, em desacordo com a lei, (...) não podem ser considerados válidos para fins de comprovação perante a Administração.

48. Assevero, ainda, que o uso de atestados de serviços prestados na informalidade pode privilegiar empresas que, por exemplo, prestaram serviços fora do seu objeto social visando a obtenção indevida de regimes tributários mais favoráveis. Nesse caso, ao aceitar-se o atestado, poder-se-ia, além de convalidar uma

irregularidade, estar inobservando o princípio da isonomia entre os licitantes, de grande importância nas licitações públicas, colocando no mesmo nível empresas em situação irregular e licitantes que cumprem ordinariamente suas obrigações." (TCU, Acórdão 642/2014, Plenário, rel. Min. Augusto Sherman) (grifou-se)

86. O terceiro ponto de irregularidade identificado refere-se à suposta divergência na natureza jurídica do **Consórcio LIMP-LAGOS**. Veja:

87. Além disso, ainda que tivesse sido apresentada uma documentação formal reconhecendo a subcontratação da Recorrida, o atestado em questão continuaria gerando sérias dúvidas quanto à sua legitimidade. Isso porque, no documento, o **Consórcio Limp-Lagos**, que é uma entidade privada, formada por duas empresas também privadas, foi indevidamente identificado como pessoa jurídica de direito público, nos termos:



LIMP-LAGOS

Atestado de Capacidade Técnica

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, sediada à Rua Marília Peixoto Aquino nº 01, Centro - São João da Barra - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.354.917/0001-10, Inscrição Estadual nº 77.111.565, tenha como Responsáveis Técnicos perante o CREA/RJ, os Engenheiros Civis **Rodolfo Moulín Pinheiro** - CREA/RJ nº 2007134217 e **Rafael Andrade Barbosa Silva** - CREA/RJ nº 2016102727, executou para o **CONSÓRCIO LIMP-LAGOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.859.188/0001-84, com sede na Rua João Francisco de Almeida, 1285 - Parte, Centro São João da Barra/RJ, com bom desempenho e dentro dos prazos e padrões de qualidade estabelecidos no "Serviços de Operação, Remediação e Encerramento de Lixão, situado no Município de Saquarema-RJ, com previsão de processamento de 27.000 Toneladas de resíduos, conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 003/152/2021, iniciado em 01º de janeiro de 2021, com prazo previsto de 12 (doze) meses.

88. O fato de o consórcio ter se identificado de forma equivocada como uma entidade pública levanta suspeitas sobre a **fidedignidade do documento**, com supostos indícios de indução ao entendimento da Administração pública a erro quanto à confiabilidade do atestado.

89. O quarto ponto de suposta irregularidade identificada para o atestado em comento refere-se às **supostas discrepâncias entre Valores Declarados e Quantidade de Materiais Utilizados**.

90. Isso porque há uma suposta **incompatibilidade entre os valores declarados no atestado e os valores de mercado dos materiais utilizados**, como a **Geomembrana em PEAD** (47.498,85 m²) e a **Manta Geotêxtil** (42.536 m²). O valor total de R\$ 5.000.000,00 atribuído ao contrato não corresponde de forma coerente às quantidades e materiais declarados, o que sugere uma possível **inflacionamento artificial do valor do contrato** ou a **subexecução dos serviços contratados**.

91. Nesse sentido, ante a todas as irregularidades apresentadas, somente restam duas possibilidades: ou as informações do atestado, conforme evidenciado, supostamente não possuem qualquer veracidade e fidedignidade, sendo possível que o contrato supostamente sequer tenha existido de fato, ou a quantidade de fato executada **supostamente** foi inferior ao que é mencionado no atestado em comento.

92. Portanto, é imprescindível que essa douta Administração diligencie todos os supostos pontos de irregularidade acima explanados e, em caso de constatação e confirmação de qualquer eventual e suposta ilegalidade no processo de subcontratação ou nos dados constantes do atestado de capacidade técnica, imperiosa inabilitação da empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE**.

III.5) ATESTADO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA (CAT 8437/2008): Indícios de Irregularidades

93. O atestado de capacidade técnica emitido pela União Norte Fluminense e acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 8437/2008, referente ao Município de Seropédica, também apresenta sérias inconsistências que o tornam inadequado para comprovar a qualificação técnica exigida no presente certame. A seguir, são detalhadas as principais irregularidades identificadas pela área técnica:

IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NO ATESTADO DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA (CAT 8437/2008)

- Suposta **ausência do item licenciamento ambiental** na elaboração do projeto executivo do aterro sanitário;
- **Descrições inadequadas** de operações de áreas controladas, quando o edital exige comprovação do encerramento de lixão, que envolve técnicas mais complexa;

QUEBEC AMBIENTAL S/A – Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

(62) 3246-0211 / 0099

94. Em síntese, o atestado descreve, no item 2, a **elaboração de projeto executivo de aterro sanitário**, no entanto, **supostamente** não atende ao item **licenciamento ambiental**, conforme estabelecido no edital.

95. Consoante as determinações e normativas vigentes, a elaboração de um projeto dessa magnitude deve ser acompanhada pelas licenças ambientais necessárias, incluindo licenças prévias, de instalação e de operação, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. A ausência dessas licenças indicaria que **supostamente** o atestado **não está em conformidade com os requisitos legais e técnicos**, o que comprometeria sua validade para fins de comprovação de capacidade técnica.

96. Além disso, o item 4 do atestado descreve a **operação de áreas controladas de descarte de resíduos**, quando o edital exigia a comprovação da capacidade técnica para o **encerramento de lixão**. O processo de operação de áreas controladas envolve serviços menos específicos e complexos do que aqueles necessários para o encerramento de lixões, que exige técnicas rigorosas de selagem, contenção de resíduos e remediação ambiental. Esse tipo de projeto demanda uma expertise técnica mais ampla e, sem a descrição do encerramento de lixão no atestado, ele **supostamente** não atende integralmente às exigências do edital.

97. Assim, considerando as **supostas irregularidades** mencionadas, o atestado do Município de Seropédica (CAT 8437/2008) **não atende aos requisitos estabelecidos no edital**, seja pelos indícios de falta de **licenciamento ambiental adequado** na elaboração do projeto executivo, seja pela descrição de **operações de áreas controladas** em vez de **encerramento de lixão**, conforme exigido.

III.6) ATESTADO CONSÓRCIO CENTRO SUL (CAT 95823/2024 e CAT 95830/2024): Indícios de Irregularidades

98. O atestado de capacidade técnica emitido pelo **Consórcio Centro Sul 1** em favor da **Concessionária Centro Sul 1 SPE LTDA**, com o objetivo de comprovar a participação da empresa **União Norte Fluminense** nas obras e nos serviços executados como sendo uma das empresas integrantes da

Concessionária, também apresenta sérias inconsistências documentais que supostamente comprometem sua validade como prova de qualificação técnica. A seguir, são destacadas as principais irregularidades:

IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NO ATESTADO DO CONSÓRCIO CENTRO SUL (CAT 95823/2024 e CAT 95830/2024)	
	<ul style="list-style-type: none">• Suposta ausência de documentos completos: Apenas a 3ª alteração contratual foi apresentada, sem o ato constitutivo, nem as 1ª e 2ª alterações contratuais. Isso impede verificar se a União Norte participou desde o início das obras;
	<ul style="list-style-type: none">• Suposta falta de comprovação pública da finalização da obra: Não há documentos públicos que comprovem a conclusão da obra da estação de tratamento de chorume, levantando a suspeita de que o projeto ainda esteja em andamento;

99. O primeiro ponto de uma possível irregularidade identificada refere-se ao fato de que não há efetivas comprovações quanto a efetiva participação da empresa **União Norte Fluminense** no quadro societário da **Concessionária Centro Sul 1 SPE LTDA**. Vejamos:

100. Para comprovar a participação da **UNIÃO NORTE** no empreendimento, foi apresentada apenas a **3ª alteração contratual** da **Concessionária Centro Sul 1 SPE LTDA**, que menciona a **UNIÃO NORTE** como uma das sócias, ao lado da empresa **FORÇA AMBIENTAL**. Entretanto, **não foram apresentados o ato constitutivo, a 1ª alteração contratual nem a 2ª alteração contratual**, que são essenciais para verificar a composição societária desde a criação da concessionária.

101. A apresentação apenas da 3ª alteração contratual impede que se saiba **se a UNIÃO NORTE participou do projeto desde o início** ou se ingressou no empreendimento após o avanço das obras, ou até mesmo após a conclusão de etapas significativas do projeto. **Esse ponto é crucial, pois, se a UNIÃO NORTE ingressou na sociedade apenas em uma fase posterior, não se pode afirmar que a empresa participou efetivamente da execução dos serviços mencionados no atestado.**

102. Dada a ausência do ato constitutivo e das primeiras alterações contratuais, **não há como confirmar a participação da UNIÃO NORTE** nas obras e serviços de tratamento físico-químico de

chorume ou em outras atividades relacionadas ao empreendimento desde sua fase inicial. A empresa pode ter ingressado no consórcio após a conclusão de partes importantes do projeto, o que invalidaria sua utilização como comprovação de qualificação técnico-operacional para o presente certame.

103. O **momento da entrada da UNIÃO NORTE** no consórcio é um elemento determinante para a sua habilitação. Se a empresa não participou diretamente da execução dos serviços, sua qualificação técnica não pode ser considerada válida para o certame em questão, uma vez que ela não teria experiência comprovada na execução do objeto licitado.

104. Em vista das lacunas documentais e das dúvidas sobre a participação efetiva da **UNIÃO NORTE**, faz-se necessária a **realização de diligências** para solicitar a **apresentação do ato constitutivo da Concessionária Centro Sul 1 SPE LTDA, e as 1ª e 2ª alterações contratuais, que são indispensáveis para verificar a composição original da sociedade e a data em que a UNIÃO NORTE passou a integrar o consórcio.**

105. O **segundo ponto** de suposta irregularidade identificada refere-se a **ausência de comprovação pública acerca da finalização da obra da estação de tratamento físico químico de chorume** e a efetiva prestação deste serviço em específico neste empreendimento. Explicamos:

106. Em síntese, o atestado de capacidade técnica emitido pela **Concessionária Centro Sul 1 SPE LTDA** suscita dúvidas quanto à **finalização da obra** referente à **estação de tratamento físico-químico de chorume**, eis que não há comprovações ou qualquer documento público que ateste a conclusão dos serviços, o que levanta a forte suspeita de que a obra ainda esteja em andamento, em vez de concluída.

107. Em diversas buscas realizadas em sites públicos, não foi encontrada nenhuma comprovação acerca da finalização da obra da estação de tratamento de chorume, de modo que não há como se atestar com certeza, que o serviço relativo ao tratamento físico químico de chorume foi efetivamente prestado.

108. Sem a comprovação pública da conclusão dos serviços relativos ao tratamento físico químico de chorume, torna-se difícil verificar se a estação de tratamento de chorume está operando em plena capacidade e se os serviços atestados foram de fato concluídos.

109. Diante da ausência de comprovação documental, é necessário que sejam realizadas **diligências** para solicitar **informações detalhadas sobre o projeto** da estação de tratamento de chorume; **licença do aterro** que autoriza o funcionamento da estação, bem como informações e comprovações acerca da **vazão de tratamento da estação**, bem como o período a partir do qual a estação começou a operar.

110. É válido, inclusive, a realização de diligências junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), a fim de que essa possa esclarecer e auxiliar na aferição da veracidade dos quantitativos informados no atestado em comento, em especial para a comprovação do volume descrito para o serviço de tratamento físico químico de chorume.

111. Portanto, considerando as supostas irregularidades identificadas, tanto em relação à **falta de comprovação da participação efetiva da UNIÃO NORTE** desde o início do empreendimento quanto à **ausência de comprovação pública da finalização da obra da estação de tratamento de chorume**, é imprescindível que esta Comissão de Licitação promova as **diligências necessárias** para obter os documentos e informações que esclareçam tais questões.

112. Caso as diligências confirmem que a **UNIÃO NORTE** ingressou no consórcio em momento posterior à execução dos serviços ou que a estação de tratamento de chorume ainda não está finalizada, o atestado deve ser **desconsiderado**, e a empresa **inabilitada** do certame, por não atender aos requisitos de qualificação técnica exigidos no edital, especificamente no que se refere ao serviço de **'Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso'**.

III.7) INSUFICIÊNCIA DOS QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS APRESENTADOS NOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA FORNECIDOS PELA RECORRIDA.

113. Conforme exposto anteriormente, o instrumento convocatório exige a apresentação de atestados que comprovem, no mínimo, a execução de 40% (quarenta por cento) de serviços similares e equivalentes ao objeto desta licitação.

114. Nesse contexto, é essencial que as licitantes comprovem, por meio de atestados autênticos, de forma clara e objetiva, o cumprimento integral de todos os requisitos técnicos estabelecidos pelo edital, evitando lacunas ou omissões que possam comprometer a avaliação adequada de sua capacidade técnica.

115. No caso em questão, a Recorrida apresentou um total de 07 (sete) atestados. Entretanto, conforme amplamente demonstrado neste recurso, a análise minuciosa dos atestados apresentados evidencia a completa ausência de qualificação da Recorrida para executar as atividades licitadas. Isso se deve ao fato de que os serviços mencionados nos atestados são **inferiores** ao quantitativo exigido pelo edital, especialmente quando esta douta Administração desconsidera os atestados que não são válidos.

116. Para uma melhor apreciação dos fatos narrados, a Recorrente elaborou uma tabela comparativa entre os valores mínimos exigidos no edital e os valores apresentados pela Recorrida. O objetivo é evidenciar a significativa divergência entre esses valores e demonstrar a falta de capacidade técnica por parte da Recorrida, veja:



TABELA COMPARATIVA QUANTITATIVOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE EXIGIDA NO EDITAL (40%)	ATESTADO CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS TRES RIOS RJ - CAT 108531/2024 (PERÍODO 01/02/2017 A 30/06/2024)	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ CAT 41432/2019 (PERÍODO 25/09/2013 A 19/09/2014)	ATESTADO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA - CAT 6577/2010 (PERÍODO 12/09/2005 A 19/02/2010)	ATESTADO CONSORCIO LIMP-LAGOS - CAT 66544/2022 (PERÍODO 01/01/2021 A 31/12/2021)	ATESTADO MUNICIPIO DE SEROPÉDICA - CAT 8437/2008 (PERÍODO 15/09/2005 A 15/03/2006)	Avaliação a Qualificação Operacional da UNIÃO NORTE FLUMINENSE
Transporte com caminhão basculante de 6m ³ , em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m ³ xkm). Af. 01/2018	6.165.432,71	8.354.946,60					ATENDE
Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte).	186.410,36	568.994,75					ATENDE
Geomembrana em pead, espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, insertes, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.	100.971,87	179.676,60			47.498,85		ATENDE
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.	103.245,47	164.728,00	16.917,00		42.536,00		ATENDE

QUEBEC AMBIENTAL S/A -Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires, (62) 3245-0211 / 0999
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires, (62) 3245-0211 / 0999
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B



DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE EXIGIDA NO EDITAL (40%)	ATESTADO CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS - TRES RIOS RJ - CAT 108531/2024 (PERÍODO 01/02/2017 A 30/06/2024)	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS - ESTADO DO RJ CAT 41432/2019 (PERÍODO 25/09/2013 A 19/09/2014)	ATESTADO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA - CAT 6577/2010 (PERÍODO 12/09/2005 A 19/02/2010)	ATESTADO CONSORCIO LIMP-LAGOS - CAT 66544/2022 (PERÍODO 01/01/2021 A 31/12/2021)	ATESTADO MUNICIPIO DE SEROPÉDICA - CAT 8437/2008 (PERÍODO 15/09/2005 A 15/03/2006)	Avaliação a Qualificação Operacional da UNIÃO NORTE FLUMINENSE
Plantio de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, exclusive transporte, preparo do terreno e material para este.	79.462,95	192.864,00		6.263.647,00			ATENDE
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso	2.778,19	54.750,00					NÃO ATENDE
Aterro Com Material De 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Em Torno De 140CV Com Lâmina, Em Camadas De 20CM De Material Adensado, Regado Por Canhão Tanque E Compactado A 90% Com Rolo Pé De Carneiro Convencional, De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneus, Intervindo 2 (Dois) Serventes, Exclusive O Fornecimento Da Terra	73.825	-	159.237,23				ATENDE
Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental	1	1				1	ATENDE
Encerramento de Lixo	1	1			1	1	NÃO ATENDE

QUEBEC AMBIENTAL S/A -Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código: 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código: 1207-9B46-223B-774B.



TABELA COMPARATIVA QUANTITATIVOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE EXIGIDA NO EDITAL (40%)	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ CAT 3467/2013 (PERÍODO 16/09/2008 A 30/09/2010)	ATESTADO MUNICIPIO DE TRES RIOS RJ CAT 61077/2022 (PERÍODO 27/07/2018 A 26/11/2021)	ATESTADO CONSORCIO CENTRO SUL - CAT 95823/2024 / CAT 95830/2024 (PERÍODO 14/03/2016 A 28/06/2024)	Avaliação da Qualificação Operacional da empresa UNIÃO NORTE
Transporte com caminhão basculante de 6m3, em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m3xkm). Af_01/2018	6.165.432,71	11.562.997,79			ATENDE
Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte).	186.410,36			376.854 x 80%	ATENDE
Geomembrana em pead, espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, insertes, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.	100.971,87			259.102,00 x 80%	ATENDE
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.	103.245,47				ATENDE
Plantio de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, exclusive transporte, preparo do terreno e material para este.	79.462,95	300			ATENDE
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso	2.778,19		200,00 M³ DIA	98.550,00 x 80%	NÃO ATENDE, QUANDO DESCONSIDERADO O ATESTADO DO CONSÓRCIO CENTRO SUL

QUEBEC AMBIENTAL S/A -Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código: 6213246-0211-9999

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código: 207-9B46-223B-774B



DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE EXIGIDA NO EDITAL (40%)	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ CAT 3467/2013 (PERÍODO 16/09/2008 A 30/09/2010)	ATESTADO MUNICIPIO DE TRES RIOS RJ CAT 61077/2022 (PERÍODO 27/07/2018 A 26/11/2021)	ATESTADO CONSORCIO CENTRO SUL - CAT 95823/2024 / CAT 95830/2024 (PERÍODO 14/03/2016 A 28/06/2024)	Avaliação da Qualificação Operacional da empresa UNIÃO NORTE
Aterro Com Material De 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Em Torno De 140CV Com Lâmina, Em Camadas De 20CM De Material Adensado, Regado Por Caminhão Tanque E Compactado A 90% Com Rolo Pé De Carneiro Convencional, De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneus, Intervindo 2(Dois) Serventes, Exclusive O Fornecimento Da Terra	73.825	158.439,97			ATENDE
Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental	1			1	ATENDE
Encerramento de Lixo	1				NÃO ATENDE

QUEBEC AMBIENTAL S/A -Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 6213246-0211-7999.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9846-223B-774B.

117. Conforme demonstrado anteriormente, a Recorrida não possui a capacidade técnico-operacional e profissional exigida para executar os serviços de **'Encerramento de Lixão'**, conforme estabelecido pelo edital.

118. Além disso, se esta douta Administração, através das evidências apresentadas em sede recursal acerca das irregularidades dos atestados apresentados pela Recorrida, após a condução de diligência, desconsiderar o atestado emitido pelo Centro de Tratamento de Resíduos Três Rios RJ (CAT nº 108531/2024), a Recorrida também não será apta a prestar os serviços de **'Tratamento Físico-Químico de Chorume para Transformação em Água de Reuso'**.

119. Isso ocorre porque os quantitativos de serviços comprovados nos atestados apresentados pela Recorrida estão significativamente inferiores aos valores mínimos exigidos pelo instrumento convocatório, o que demonstra a falta de qualificação necessária para atender a todos os requisitos técnicos do certame.

120. O Tribunal de Contas da União (TCU) instrui acerca da legalidade de exigência de quantitativos mínimos que guarde proporção com a dimensão do objeto lícitado:

SÚMULA Nº 263/2011 - Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, **é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.** (grifou-se)

121. De acordo com a jurisprudência do egrégio Tribunal de Contas da União (TCU), é imprescindível que o atestado de capacidade técnica contenha um quantitativo mínimo, a fim de assegurar a compatibilidade em termos de quantidade e dimensão com o objeto lícitado, conforme evidenciado em diversos acórdãos:

É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. (TCU, Acórdão 361/2017 – Plenário | Ministro Vital do Rego)]

QUEBEC AMBIENTAL S/A – Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

*“9.4.4 - exigência excessiva de apresentação de atestados, por parte das licitantes, comprovando a execução de, no mínimo, 437,63 TR num único contrato, tendo em vista que, no Senac Tiradentes, unidade que exige maior qualificação técnica, são necessários apenas 213,8 TR, sendo suficiente que, em consonância com o entendimento deste Tribunal, **a participante do certame demonstre ter capacidade para executar 50% dos serviços exigidos na unidade de Tiradentes, ou seja, 106 TR, vez que a exigência de comprovação da qualificação técnica deve ser pertinente e compatível com o objeto da licitação ou da contratação direta e indispensável ao cumprimento do objeto**” (TCU. Acórdão nº 1.695/2011 – Plenário). (grifou-se)*

122. Ressalta-se que o edital estabelece critérios técnicos e operacionais específicos com o intuito de selecionar empresas que possuam a capacidade adequada para realizar o objeto licitado. O que verifica-se, contudo, quando da análise da documentação técnica da Recorrida, é que os atestados apresentados pela licitante não atingem ao quantitativo mínimo exigido pelo edital no item 11.4.3, em clara violação com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório

123. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório trata-se, nesse contexto, de preceito inerente a todo procedimento licitatório e evita não somente possíveis descumprimentos das normas editalícias, mas também o descumprimento de diversos outros princípios legais. A título de ilustração, citam-se os princípios da legalidade, isonomia e do julgamento objetivo.

124. A licitação é procedimento administrativo desenvolvido por intermédio de uma cadeia lógica de atos, os quais devem estar em consonância com a finalidade do procedimento licitatório. Tais atos devem ser rigorosamente observados pela Administração e pelas licitantes a fim de se resguardar a plena observância dos princípios que regem a atividade estatal. Dentre estes princípios, pertinente ressaltar acerca do princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**, cuja inobservância enseja nulidade do procedimento.

125. O princípio acima destacado está expresso no art. 3º da Lei nº 8.666/93, que prevê o seguinte:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será

processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” – grifou-se.

126. O art. 41, da Lei nº 8.666/93 segue a mesma linha ao determinar que **“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”**.

127. A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro leciona em sua obra acerca da ilegalidade na não observação do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, nos termos:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.” (grifou-se)

128. A obra de Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo também ensina que a Administração encontra-se vinculada às disposições do Edital para julgamento de habilitação das licitantes:

“A vinculação da Administração aos estritos termos do edital de convocação da licitação é exigência expressa do art. 41 da Lei nº 8.666/1993. Esse artigo veda à Administração o descumprimento das normas e condições do edital, “ao qual se acha estritamente vinculada”. (grifou-se)

129. Hely Lopes Meirelles, de igual modo, ensina:

“A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.” (grifou-se)

130. A jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas da União também evidencia a imposição da vinculação ao instrumento convocatório:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as

regras e condições previamente estabelecidas no edital (TCU 00199520091, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 15/02/2011). [...]

“Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993.” (TCU. Acórdão nº 483/2005) (grifou-se)

131. O julgamento da documentação de habilitação das licitantes, especialmente aqueles relativos à qualificação técnica, portanto, deve ser **estritamente vinculado aos critérios previamente estabelecidos no edital**, de forma **objetiva**, em conformidade com as normas e princípios licitatórios.

132. É de suma importância que os parâmetros estabelecidos no edital sejam rigorosamente respeitados, garantindo que somente empresas com comprovada capacidade técnica possam assumir tais responsabilidades.

133. Diante da exposição, torna-se **fundamental** a revisão da habilitação da recorrida, visto que, a mesma não atinge os quantitativos necessários para os serviços solicitados no certame e, por conseguinte não possui a qualificação técnico mínima exigida para a execução dos serviços, de modo que a eventual e equivocada manutenção de sua habilitação consistiria em verdadeira violação dos princípios fundamentais da vinculação ao instrumento convocatório, eficiência e legalidade.

IV – PODE-DEVER DA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA E RISCO AO INTERESSE PÚBLICO

134. As supostas divergências e consistência expostas à essa d. Administração podem sugerir uma inadequação da qualificação técnica operacional e profissional da Recorrida, de modo que, tal inadequação deve, obrigatoriamente, importar na inabilitação dessa licitante, eis que a equivocada manutenção de sua habilitação, pode comprometer seriamente a execução do contrato e causar prejuízos ao interesse público.

135. É importante ressaltar que a ausência de comprovação integral e plena da qualificação técnica operacional e profissional por parte da licitante acarreta prejuízos significativos tanto para a Administração Pública quanto para o interesse público. Isso porque a qualificação técnica é um requisito essencial nos processos licitatórios, visando assegurar que a empresa contratada possua a expertise necessária para a execução eficaz e eficiente do objeto licitado.

136. A falta de comprovação integral e plena da qualificação técnica pode resultar na contratação de uma empresa que não detém as habilidades necessárias para a execução do serviço, o que pode levar a atrasos, falhas na prestação do serviço e, em última instância, à insatisfação dos usuários dos serviços públicos e da própria Administração Pública.

137. A seleção de empresa inapta pode gerar, inclusive, maior oneração aos cofres públicos, tendo em vista que potencialmente resultará na frustração integral da licitação e, conseqüentemente, a necessidade de realização de nova licitação.

138. Além disso, a contratação de uma empresa sem a devida comprovação de sua capacidade técnica viola os princípios da legalidade, eficiência e interesse público, estabelecidos na Constituição Federal e na legislação vigente. A falta de rigor na verificação da qualificação técnica compromete a lisura do processo licitatório, podendo eventualmente favorecer empresas que não estão aptas a desempenhar as atividades contratadas.

139. Nesse contexto, **torna-se imprescindível que a Administração Pública promova diligência no atestado apresentado pela Recorrida**, conforme preconiza o Art. 64 da Lei 14.133/21, a fim manter a lisura do certame e assegurar a veracidade das informações prestadas pela Recorrida, especialmente no que tange à sua capacidade técnica.

140. O art. 43, §3º da Lei 8.666/93 dispõe claramente sobre a realização de diligência para esclarecimento acerca da documentação apresentada pelas licitantes, nos termos:

Art. 43, §3º. § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

141. Na sua obra, Marçal Justen Filho aborda de maneira esclarecedora o poder-dever da Administração na condução de diligências, conforme mencionado por ele:

*"A realização da diligência não é uma simples "faculdade" da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. **A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização.**" (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.) (grifou-se)*

142. O Tribunal de Contas da União (TCU) reitera em diversos julgados a viabilidade e a obrigatoriedade de realizar diligências nos casos em que se evidencie como essencial para o desenvolvimento regular do procedimento licitatório:

*Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, **o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração** (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário) (grifou-se)*

143. Caso essa douta Administração constate em sede de diligência a eventual ausência de veracidade nas informações constantes no atestado apresentado pela Recorrida, a qualificação técnica da Recorrida comprovadamente restará **integralmente prejudicada**, eis que esta não teria comprovado a execução pretérita de objeto similar ao objeto licitado através de atestados de capacidade técnica.

144. A comprovação de aptidão técnica para a execução do objeto licitado é um requisito de habilitação legalmente imposto, a qual deve, obrigatoriamente, ser realizada por meio de atestados de capacidade técnica que apresentem informações **realmente verídicas**.

145. A Lei de Licitações, Lei 8.666/93, também determina taxativamente em seu artigo 30, inciso II, que a qualificação técnica somente pode ser aferida pela apresentação de atestados que retratem a realização de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos similares ao objeto licitado, nos termos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I – registro ou inscrição na entidade profissional competente

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

146. Se, por meio de diligência a ser conduzida por esta Administração, restar comprovada a eventual inveracidade das informações contidas em algum dos atestados de capacidade técnica apresentado pela Recorrida, imperiosa a **desconsideração** ou a **invalidação** desses atestados para fins de qualificação técnica operacional e profissional, conforme preconizado pelo edital de licitação e pela legislação vigente.

147. Nesse cenário, imperiosa a revisão da decisão que habilitou a Recorrida, procedendo-se com a imediata **inabilitação** da empresa, em atenção aos Princípios Fundamentais da Eficiência, da Legalidade, da Moralidade, e do Interesse Público

V – NECESSÁRIO RECONHECIMENTO DA AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL

148. Conforme observado nos atestados relacionados ao **Centro de Tratamento de Resíduos Três Rios, Município de Três Rios, São João da Barra, Consórcio Limp-Lagos, Município de Seropédica e Consórcio Centro Sul**, as inconsistências e a falta de comprovação de serviços devidamente finalizados levantam sérias dúvidas sobre a aptidão técnico-profissional da **União Norte**.

149. Atualmente, a qualificação técnica-profissional da empresa Recorrida, **União Norte Fluminense** é composta pelos seguintes engenheiros, consoante os atestados de capacidade técnica apresentados ao presente certame:

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.



QUADRO DE ENGENHEIROS

DESCRIÇÃO	ATESTADO CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS TRES RIOS RJ - CAT 108531/2024 (PERÍODO 01/02/2017 A 30/06/2024)	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ - CAT 41432/2019 (PERÍODO 25/09/2013 A 19/09/2014)	ATESTADO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA - CAT 6577/2010 (PERÍODO 12/09/2005 A 19/02/2010)	ATESTADO CONSORCIO LIMP-LAGOS - CAT 66544/2022 (PERÍODO 01/01/2021 A 31/12/2021)	ATESTADO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA - CAT 8437/2008 (PERÍODO 15/09/2005 A 15/03/2006)	ATESTAMENTO A QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL
Transporte com caminhão basculante de 6m3, em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m3xkm). Af_01/2018	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO					ATENDE
Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte).	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO					ATENDE
Geomembrana em pead, espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, insertes, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO			ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO		ATENDE
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO		ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO		ATENDE
Plantio de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, exclusive transporte, preparo do terreno e material para este.			ENG. AGRONOMO ANTONIO CARLOS DA GAMA RODRIGUES			ATENDE

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires, (62) 3245-0214 / 0099
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 12073040-236-7749.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 12073040-236-7749.



DESCRIÇÃO	ATESTADO CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS TRES RIOS RJ - CAT 108531/2024 (PERÍODO 01/02/2017 A 30/06/2024)	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ - CAT 41432/2019 (PERÍODO 25/09/2013 A 19/09/2014)	ATESTADO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA - CAT 6577/2010 (PERÍODO 12/09/2005 A 19/02/2010)	ATESTADO CONSORCIO LIMP-LAGOS - CAT 66544/2022 (PERÍODO 01/01/2021 A 31/12/2021)	ATESTADO MUNICIPIO DE SEROPÉDICA - CAT 8437/2008 (PERÍODO 15/09/2005 A 15/03/2006)	ATENDIMENTO A QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso						NÃO ATENDE
Aterro Com Material De 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Em Torno De 140CV Com Lâmina, Em Camadas De 20CM De Material Adensado, Regado Por Caminhão Tanque E Compactado A 90% Com Rolo Pé De Carneiro Convencional, De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneus, Intervindo 2(Dois) Serventes, Exclusive O Fornecimento Da Terra		ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO				ATENDE
Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO					ATENDE
Encerramento de Lixão	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO			ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO		NÃO ATENDE

QUEBEC AMBIENTAL S/A -Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 443 e utilize o código 1207-9846-223B-774B

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 443 e utilize o código 1207-9846-223B-774B



QUADRO DE ENGENHEIROS

DESCRIÇÃO	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ - CAT 3467/2013 (PERÍODO 16/09/2008 A 30/09/2010)	ATESTADO MUNICIPIO DE TRES RIOS RJ - CAT 61077/2022 (PERÍODO 27/07/2018 A 26/11/2021)	ATESTADO CONSORCIO CENTRO SUL - CAT 95823/2024 CAT 95830/2024 (PERÍODO 14/03/2016 A 28/06/2024)	ATENDIMENTO A QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL
Transporte com caminhão basculante de 6m3, em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m3xkm). Af_01/2018				ATENDE
Argila ou barro para aterro/reaterro (reirado na jazida, sem transporte).			ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO	ATENDE
Geomembrana em pead, espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, insertes, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.			ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO	ATENDE
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.				ATENDE
Plantio de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, exclusive transporte, preparo do terreno e material para este.	ENG. AGRONOMO ANTONIO CARLOS DA GAMA RODRIGUES			ATENDE

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Gólfia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br
(62) 3245-0211 / 0099
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-2286-7748.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-2286-7748.



DESCRIÇÃO	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ - CAT 3467/2013 (PERÍODO 16/09/2008 A 30/09/2010)	ATESTADO MUNICIPIO DE TRES RIOS RJ - CAT 61077/2022 (PERÍODO 27/07/2018 A 26/11/2021)	ATESTADO CONSORCIO CENTRO SUL - CAT 95823/2024 CAT 95830/2024 (PERÍODO 14/03/2016 A 28/06/2024)	ATESTAMENTO A QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso			ENG. QUIMICO KEVIN MOULIN DA COSTA	ATENDE
Aterro Com Material De 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Em Tomo De 140CV Com Lâmina, Em Camadas De 20CM De Material Adensado, Regado Por Caminhão Tanque E Compactado A 90% Com Rolo Pé De Carneiro Convencional, De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneus, Intervindo 2(Dois) Serventes, Exclusive O Fornecimento Da Terra				ATENDE
Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental			ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO	ATENDE
Encerramento de Lixão				NÃO ATENDE

150. Com base nas supostas irregularidades apontadas nos atestados apresentados pela **União Norte Fluminense**, caso tais atestados venham a ser **desconsiderados** após a análise e diligências solicitadas, torna-se imperativo o reconhecimento também acerca da **ausência de qualificação técnico-profissional** da empresa para o presente certame.

151. Isso porque, se acaso os atestados restarem considerados como inválidos para cômputo no presente certame em razão das supostas irregularidades apontadas, tal invalidade também deverá abranger a qualificação técnica profissional.

152. Portanto, se confirmada a **desconsideração desses atestados**, a **UNIÃO NORTE** não poderá ser considerada tecnicamente habilitada para a execução do objeto licitado por **não possuir, além da qualificação técnica-operacional, a qualificação técnico-profissional exigida para o certame.**

VI - PEDIDOS

8. Por todo o exposto, requer-se:

- a) O **recebimento e provimento** o presente recurso administrativo;
- b) a imediata **INABILITAÇÃO** da empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE E COMÉRCIO LTDA**, tendo em vista a evidente inaptidão técnica da Recorrida, considerando o não atendimento aos quantitativos mínimos exigidos pelo edital, comprometendo sua qualificação técnico-operacional e profissional para a execução do objeto licitado;
- c) A **realização de diligência** quanto ao atestado de capacidade técnica refere ao **Centro de Tratamento de Resíduos Três Rios/RJ (CAT 108531/2024)**, apresentado pela empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE** perante o presente certame, com a solicitação de boletins de medição, notas fiscais de compra de materiais, notas fiscais de pagamento a fornecedores, projeto do empreendimento, diários de obra e afins, licenças de previa, de instalação e operação do empreendimento, dentre outros, a fim de se verificar a autenticidade e a

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

(62) 3246-0211 / 0099

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

veracidade das informações fornecidas, bem como para aferir a real capacidade técnica do licitante, consoante artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, considerando que:

- > O atestado contém serviços que ultrapassam a competência dos engenheiros indicados, os serviços supostamente foram executados sem satisfatoriedade e, além disso, trata-se de um auto atestado.

d) A **realização de diligência** quanto ao atestado de capacidade técnica emitido pelo **Município De Três Rios/RJ (CAT 61077/2022)**, apresentado pela empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE** perante o presente certame, a fim de se verificar a autenticidade e a veracidade das informações fornecidas, bem como para aferir a real capacidade técnica do licitante, consoante artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, considerando que:

- > O atestado supostamente contém serviços que supostamente ultrapassam a competência dos engenheiros indicados.

e) A **realização de diligência** quanto ao atestado de capacidade técnica emitido pelo **Município de São João da Barra (CAT 6577/2010)**, apresentado pela empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE** perante o presente certame, com a solicitação de ordens de serviços, relatórios e demais boletins produzidos a época, a fim de se verificar a autenticidade e a veracidade das informações fornecidas, bem como para aferir a real capacidade técnica do licitante, consoante artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, considerando que:

- > O atestado apresenta um **vulto quantitativo extremamente elevado** para o item **plantio de grama**, o que causa estranheza e exige maior averiguação para comprovar sua veracidade.

f) A **realização de diligência** quanto ao atestado de capacidade técnica emitido pelo **Consórcio Limp-Lagos (CAT 66544/2022)**, apresentado pela empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE** perante o presente certame, com a solicitação do documento de **anuência formal da Administração quando a subcontratação da empresa União Norte para a execução dos serviços em questão (considerada a ausência de sua disponibilização**

pública), boletins de medição, notas fiscais de compra de materiais, notas fiscais de pagamento a fornecedores, projeto do empreendimento, diários de obra e afins, licenças prévias de instalação e operação do empreendimento, a fim de se verificar a autenticidade e a veracidade das informações fornecidas, bem como para aferir a real capacidade técnica do licitante, consoante artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, considerando que:

- > Trata-se supostamente de um auto atestado, há supostamente a declaração incorreta de que o consórcio Limp-Lago é de direito público; trata-se de um atestado de subcontratação sem qualquer documento que reconheça formalmente essa subcontratação, o que supostamente torna a subcontratação **inválida**; e o valor total declarado no atestado supostamente não condiz com o volume de materiais (Geomembrana e Manta Geotêxtil) utilizados;
- g) A **realização de diligência** quanto ao atestado de capacidade técnica emitido pelo **Município de Seropédica (CAT 8437/2008)**, apresentado pela empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE** perante o presente certame, a fim de se verificar a autenticidade e a veracidade das informações fornecidas, bem como para aferir a real capacidade técnica do licitante, consoante artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, considerando que:
- > O atestado **supostamente** contém **irregularidades** quanto à **falta de licenciamento ambiental** na elaboração do projeto executivo do aterro sanitário, e descreve a **operação de áreas controladas de descarte de resíduos**, em vez do **encerramento de lixão**, que é uma exigência específica do edital, caracterizando assim uma possível inadequação dos serviços atestados.
- h) A **realização de diligência** quanto ao atestado de capacidade técnica emitido pelo **Consorcio Centro Sul (CAT 95823/2024 e CAT 95830/2024)**, apresentado pela empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE** perante o presente certame, com a solicitação do **ato constitutivo, 1ª e 2ª alterações contratuais da Concessionária Centro Sul 1 SPE LTDA**, bem como de documentos que comprovem a **finalização da obra da estação de tratamento de chorume**, a fim de se verificar a autenticidade e a veracidade das informações fornecidas.

bem como para aferir a real capacidade técnica do licitante, consoante artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, considerando a:

- > Impossibilidade de verificação da participação da empresa União Norte desde o início do empreendimento, uma vez ausentes o ato constitutivo e as 1ª e 2ª alterações contratuais, bem como suposta falta de comprovação pública da finalização da obra da estação de tratamento de chorume;
- i) Consequentemente, caso as diligências a serem realizadas evidencie a suposta ausência de veracidade das informações constantes nos atestados de capacidade técnica ou ainda constate que os serviços que originaram os mesmos não foram prestados com satisfatoriedade, regularidade e eficiência, que seja revista a decisão que julgou habilitada a Recorrida, **UNIÃO NORTE FLUMINENSE**, passando a considerá-la **INABILITADA**, nos termos do art. 30 da Lei 8.666/93 e do art. 37, XXI, da CF/88, em atenção aos princípios fundamentais da legalidade, eficiência, vinculação ao instrumento convocatório e moralidade, ante a possível constatação da ausência de qualificação técnica operacional;
- j) **O reconhecimento da ausência de qualificação técnico-profissional da empresa UNIÃO NORTE FLUMINENSE**, caso os atestados apresentados sejam desconsiderados, diante das irregularidades apontadas em cada um deles, comprometendo a comprovação de sua experiência e aptidão para a execução do objeto licitado. Em consequência, requer-se a **inabilitação da empresa**, por não atender aos requisitos de qualificação técnico-profissional exigidos no edital, nos termos do artigo 30 da Lei 8.666/93 e demais disposições aplicáveis;
- k) Na remotíssima hipótese de ser outro o entendimento, a remessa do presente recurso à autoridade imediatamente superior a fim de que esta o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento para que, demonstrada a ilegalidade constante na decisão, declare as Recorridas inabilitada, pelos fatos e fundamentos jurídicos aqui exposto;

- I) Por fim, caso não haja acatamento das solicitações apresentadas, reserva-se o direito de recorrer aos Tribunais Pátrios para resolução da presente controvérsia.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

TALLITHA DE
OLIVEIRA
PIRES:0377984418

4

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A

(Neste ato representado por sua procuradora Tallitha de Oliveira Pires)

Eng. Civil/Resp. Técnico/ CREA-GO nº 1017766207D

CPF: 037.798.441-84/ Procuradora

Assinado de forma digital
por TALLITHA DE OLIVEIRA
PIRES:03779844184
Dados: 2024.10.16
12:29:17 -03'00'

Maricá/RJ, 16 de outubro de 2024

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307
Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

licitacoes@quebecambiental.com.br / recepcao@quebecambiental.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Tallitha De Oliveira Pires.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1207-9B46-223B-774B.

(62) 3246-0211 / 0099

TABELA COMPARATIVA QUANTITATIVOS							
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE EXIGIDA NO EDITAL (44%)	ATESTADO CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS TMS ROR RJ - CAT 1463172624 (PERÍODO 8/16/2017 A 30/06/2024)	ATESTADO DFTO ESTRADAS E RODOVIAS ESTADO DO RJ - CAT 4153270719 (PERÍODO 25/06/2013 A 19/05/2014)	ATESTADO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA - CAT 68772611 (PERÍODO 02/03/2016 A 19/02/2018)	ATESTADO CONDOMÍNIO LIMP-LAGOS - CAT 68542022 (PERÍODO 31/03/2021 A 31/12/2021)	ATESTADO MUNICÍPIO DE BERNÓPOLIS - CAT 8437058 (PERÍODO 15/05/2005 A 15/03/2008)	Análise e Qualificação Operacional em UNÃO NORTE FLUMINENSE
Transporte com caminhão basculante de 6m3, em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (judiário: achado). MZ 912818	6.165.432,71	8.354.946,80					ATENDE
Angia ou barro para aterro/aterro (entulho na jazida, sem transporte).	186.410,38	568.394,75					ATENDE
Comunicação em papel, espessura 0,2mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de colagem de telhas e resina, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, lances, cordões e fendas acopláveis. Fornecimento e colocação.	100.971,87	179.676,60			47.498,85		ATENDE
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em áreas subterrâneas, fornecimento e colocação.	103.245,47	164.728,00	16.917,80		42.536,00		ATENDE
Pavimento de grama em placas tipo cunhada, inclusive fornecimento da grama, sucubina transporte, preparo do terreno e instalação para esta.	79.462,95	192.864,00		6.263.647,00			ATENDE
Tratamento físico-químico de efluentes para transformação em Água de Rese	2.776,19	54.750,00					NÃO ATENDE
Alcova Com Banheiro De 1ª Categoria, Escalada Per Teto Com Pedra Em Teto De 1460 Com Laminas Em Com De 30x40 De Material Alcatraz, Borda Per Camêlio Traseiro E Comêrio A 90% Com Bolo De Cimento Comêrio De 2 (Dois) Cilindros, Bateria De Trator De Povo, Bateria 200Ah, Servantes, Escalote O Fornecimento De Teto	73.825	-	159.237,23				ATENDE
Projeto Executivo de Marco Sanitário com Licenciamento Ambiental	1	1				1	ATENDE
Escavamento de Urd	1	1			1	1	NÃO ATENDE

TABELA COMPARATIVA QUANTITATIVOS					
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE EXIGIDA NO EDITAL (40%)	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ CAT 3487/2013 (PERÍODO 16/09/2008 A 30/09/2019)	ATESTADO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS RJ CAT 61077/2022 (PERÍODO 27/07/2018 A 26/11/2021)	ATESTADO CONSORCIO CENTRO SUL CAT 8882/2024 / CAT 9533/2024 (PERÍODO 14/03/2016 A 23/04/2024)	Avaliação de Qualificação Operacional da empresa UNIÃO NORTE
Transporte com caminhão basculante de 6m3, em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m3xkm). AJ_912018	6.165.432,71	11.562.997,79			ATENDE
Argila ou barro para aterro/aterro (retirado na jazida, sem transporte).	186.410,36			376.854 x 80%	ATENDE
Geomembrana em pesad. espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicação de cortiça de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abasçadeiras, inseridas, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.	100.971,87			259.102,00 x 80%	ATENDE
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.	103.245,47				ATENDE
Planto de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, exclusão transporte, preparo do terreno e material para este.	79.462,95	300			ATENDE
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso	2.778,19		200,00 M³ DIA	98.550,00 x 80%	NÃO ATENDE
Aterro Com Material Da 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Em Torção De 140CV Com Lâmina Em Camadas De 20CM Da Material Adensado, Regado Por Caminhão Tanque E Compactado A 90% Com Rolo Pê De Carretero Convencional, De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneu, Interfido 2(Dois) Serventes, Exclusiva O Fornecimento Da Terra	73.825	158.439,97			ATENDE
Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental	1			1	ATENDE
Encerramento de Lido	1				NÃO ATENDE

QUADRO DE ENGENHEIROS

DESCRIÇÃO	ATESTADO CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE TRES RIOS RJ - CAT 108531/2024 (PERÍODO 01/02/2017 A 30/06/2024)	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ - CAT 41432/2019 (PERÍODO 25/09/2013 A 19/09/2014)	ATESTADO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA - CAT 6577/2010 (PERÍODO 12/09/2005 A 19/02/2010)	ATESTADO CONSORCIO LIMP. LAGOS - CAT 66544/2022 (PERÍODO 01/01/2021 A 31/12/2021)	ATESTADO MUNICIPIO DE SEROPÉDICA - CAT 8437/2008 (PERÍODO 15/09/2005 A 15/03/2006)	ATENDIMENTO A QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL
Transporte com caminhão basculante de 6m3, em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m3xkm). Af_01/2018	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO					ATENDE
Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte).	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO					ATENDE
Geomembrana em pead, espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, inserts, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO			ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO		ATENDE
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO		ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO		ATENDE
Plantio de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, exclusive transporte, preparo do terreno e material para este.			ENG. AGRONOMO ANTONIO CARLOS DA GAMA RODRIGUES			ATENDE

DESCRIÇÃO	ATESTADO CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE TRES RIOS RJ - CAT 108531/2024 (PERÍODO 01/02/2017 A 30/06/2024)	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ - CAT 41432/2019 (PERÍODO 25/09/2013 A 19/09/2014)	ATESTADO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA - CAT 6577/2010 (PERÍODO 12/09/2005 A 19/02/2010)	ATESTADO CONSORCIO LIMP-LAGOS - CAT 66544/2022 (PERÍODO 01/01/2021 A 31/12/2021)	ATESTADO MUNICIPIO DE SEROPÉDICA - CAT 8437/2008 (PERÍODO 15/09/2005 A 15/03/2006)	ATENDIMENTO A QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso						NÃO ATENDE
Aterro Com Material De 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Em Torno De 140CV Com Lâmina, Em Camadas De 20CM De Material Adensado, Regado Por Caminhão Tanque E Compactado A 90% Com Rolo Pé De Carneiro Convencional, De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneus, Intervindo 2(Dois) Serventes, Exclusive O Fornecimento Da Terra	-	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO				ATENDE
Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO					ATENDE
Encerramento de Lixão	ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO			ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO		NÃO ATENDE

QUADRO DE ENGENHEIROS

DESCRIÇÃO	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ	ATESTADO MUNICIPIO DE TRES RIOS RJ	ATESTADO CONSORCIO CENTRO SUL	ATESTAMENTO A QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL
	CAT 3467/2013 (PERÍODO 16/09/2008 A 30/09/2010)	CAT 61077/2022 (PERÍODO 27/07/2018 A 26/11/2021)	CAT 95823/2024 CAT 95830/2024 (PERÍODO 14/03/2016 A 28/06/2024)	
Transporte com caminhão basculante de 6m3, em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m3xkm). Af_01/2018				ATENDE
Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte).			ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO	ATENDE
Geomembrana em pead, espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, insertos, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.			ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO	ATENDE
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.				ATENDE
Plantio de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, exclusive transporte, preparo do terreno e material para este.	ENG. AGRONOMO ANTONIO CARLOS DA			ATENDE

DESCRIÇÃO	ATESTADO DPTO ESTRADAS E RODAGENS ESTADO DO RJ - CAT 3467/2013 (PERÍODO 16/09/2008 A 30/09/2010)	ATESTADO MUNICIPIO DE TRES RIOS RJ - CAT 61077/2022 (PERÍODO 27/07/2018 A 26/11/2021)	ATESTADO CONSORCIO CENTRO SUL - CAT 95823/2024 CAT 95830/2024 (PERÍODO 14/03/2016 A 28/06/2024)	ATENDIMENTO A QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL
	GAMA RODRIGUES			
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso			ENG. QUIMICO KEVIN MOULIN DA COSTA	ATENDE
Aterro Com Material De 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Em Torno De 140CV Com Lâmina, Em Camadas De 20CM De Material Adensado, Regado Por Caminhão Tanque E Compactado A 90% Com Rolo Pé De Carneiro Convencional, De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneu, Intervindo 2(Dois) Serventes, Exclusive O Fornecimento Da Terra				ATENDE
Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental			ENG. CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO	ATENDE
Encerramento de Lixão				NÃO ATENDE

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1207-9B46-223B-774B> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1207-9B46-223B-774B



Hash do Documento

68B179B6AB00D1CE1F52A856A132795382C0570036CEE5EACD61D1F5F62C0CAD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/10/2024 é(são) :

☒ Tallitha De Oliveira Pires (Signatário) - 037.798.441-84 em
16/10/2024 12:26 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

